

"Atenuar o ajuste"

Economia - Brasil

por Pedro Cafardo
de São Paulo

É preciso "atenuar o ajuste" que vem sendo imposto à economia brasileira, porque "não dá para fazê-lo em um ano, na intensidade requerida para resolver os problemas das contas externas". O economista Adroaldo Moura da Silva, professor da Universidade de São Paulo, fez essa proposta sexta-feira, em São Paulo, e sustentou que as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) estão sendo mal conduzidas à medida que praticamente ignoram a necessidade de um ajuste também do lado dos credores.

Ao fazer a proposta, durante palestra de encerramento do II Colóquio Multissetorial, em São Paulo, Moura da Silva tocou num ponto de grande preocupação empresarial, manifestada frequentemente nos dois dias de trabalhos do encontro realizado no âmbito de convênio entre a Fundação Getúlio Vargas e a Gazeta Mercantil, em

São Paulo. Tanto quanto para os empresários, na verdade, essa preocupação cresce em setores governamentais, como decorrência da constatação de que o ajuste rápido a que está sendo submetido o País, ainda que tenha viabilidade técnica, é socialmente inviável.

Foi nesse sentido a manifestação do novo embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Sérgio Correia da Costa, em palestra que fez quinta-feira, em Nova York. Ele lembrou que o Brasil, sozinho, tem mais desempregados do que todos os países industrializados juntos e sustentou que o processo de ajuste é severo demais para a capacidade de tolerância da sociedade.

Na mesma tecla bateu o influente jornal dos Estados Unidos, o The New York Times, em seu editorial de sexta-feira. Diz o jornal que "o FMI propõe austeridade ainda mais rígida, que seria deseável se fosse socialmente possível". A "austeridade demasiada", segundo o jornal, "poderia gerar intrans-

quilíbrio e provocar uma mudança de intenção" dos militares, que estão no processo de "devolver o poder aos civis".

Para Adroaldo Moura da Silva, os negociadores brasileiros deveriam deixar claro que "há um equívoco substantivo nas negociações". Está-se dando ênfase exagerada, opina o economista, na necessidade de redução do déficit do setor público, em vez de se estabelecer um programa para facilitar as exportações do País. Além disso, os credores, igualmente responsáveis pelo elevado endividamento brasileiro, deveriam ser também obrigados a realizar um ajuste: dar mais prazo a menor custo e promover, no caso dos países industrializados, medidas favoráveis à recuperação da economia mundial. "Enquanto essas condições não forem estabelecidas, não podemos apertar os cintos", disse Moura da Silva.

Feito esse novo acerto menos rigoroso com os credores externos, restaria ao País apresentar um plano

doméstico concreto de superação da crise. Atualmente, afirmou o economista, "não existe nenhuma política, estamos sendo agredidos pelos fatos e respondendo à agressão momentânea".

Exemplo claro dessas reações desnorteadas teria sido o tabelamento dos juros, determinado pelo governo há menos de um mês e já modificado pela sua "evidente incoerência". O problema central que mantém os juros altos, sustentou Moura da Silva, é o risco cambial. "Sem que se faça alguma coisa para reduzir o risco cambial interno, não há possibilidade de redução das taxas de juros."

O risco cambial, pela proposta do economista, deve ser eliminado pela "ruptura do padrão de convertibilidade do cruzeiro em dólar. É um fato da vida de todo o país que quebra, como aconteceu no México e na Argentina". A continuar o atual quadro, disse Moura da Silva ao editor José Casado, o governo não terá outra saída senão promover uma nova maxi desvalorização do cruzeiro dentro de dois ou três meses. No início deste ano, ele foi um dos primeiros a sustentar a iminência de uma máxi. Entre as suas atuais previsões há uma otimista: a inflação deve subir menos a partir de agosto.

Nesta terça-feira a Gazeta Mercantil publicará um relatório especial com uma síntese do que foram os dois dias de trabalho do II Colóquio Multi-setorial Gazeta Mercantil/FGV/Iniciativa privada.